Pauta: Situação da ocupação na estrada Afonso Lourenço Mariante – bairro Belém Velho

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h17min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos e todas. Vou explicar para vocês como é que funcionam os nossos trabalhos. Normalmente, primeiro a gente ouve a demanda da comunidade, aí faz um relato de 10 a 15 minutos, dividido entre os componentes, e, depois, a gente ouve o que tem de atualidade, se poder público já está sabendo da situação, das condições e o que a gente consegue depois junto com os vereadores pensar de encaminhamento para a situação. Podemos funcionar assim? Nosso teto é até as 12h para conseguir desenvolver um bom trabalho. Passo a palavra para a representante da comunidade Vila União, a Sra. Raquel Potronieri.

SRA. RAQUEL POTRONIERI: Bom dia, eu sou Raquel, estou lá desde o início acompanhando tudo. Minha casa foi uma das primeiras e eu trabalho durante o dia, então em muitos movimentos eu não estive presente, mas eu estou lá desde o início acompanhando e em nenhum momento a gente... Somos moradores, a gente morava de aluguel, a gente tem criança, tem filho, todas as famílias que estão ali foram convidadas, se ofereceram, pediram o espaço ali conosco porque são pessoas trabalhadoras que, às vezes, vivem só do Bolsa Família, por alguns motivos não conseguem trabalhar. Eu sou uma pessoa, por exemplo, que não consigo trabalhar de carteira assinada, porque eu tenho questões de saúde e tenho questões com os meus filhos, e essa questão com meus filhos me limita muito poder trabalhar de carteira assinada, já perdi emprego por conta disso. Então quando eu vi a oportunidade na Vila União, eu abracei, porque eu tinha recém saído de um serviço, então peguei todo o dinheiro que eu recebi naquele serviço e abri a oportunidade ter minha casa e botei a cara na coragem, fiz minha casa ali, como muita gente ganhou madeira de doação e a gente se uniu, na comunidade, e fizemos a casinha daquela pessoa, sabe. Então eu queria que vocês vissem no nosso lado, sabe, porque a gente é tudo trabalhador e só está

TEXTO SEM REVISÃO

ali tentando o nosso pedacinho e conquistar um sonho, né, porque todo mundo tem o sonho de ter a sua casa própria, e a gente tem esse sonho, eu vi ali o meu sonho. É pequenininho, mas é meu, é dos meus filhos, se acontece alguma coisa, eu tenho a garantia de que eles estão bem, não vou ficar esperando pelo aluguel que, muitas vezes, eu me virava nos trinta para conseguir pagar. Vou passar a palavra para o William para ele falar um pouquinho sobre o início, sobre a questão ambiental, toda essa situação que está acontecendo agora que a gente está com uns problemas bem complicados e ele esteve presente e vai explicar melhor.

SR. WILLIAM LEMOS MEIRELLES: Bom dia, pessoal, sou morador da comunidade, eu morava de aluguel, quando eu fiquei sabendo que havia esse movimento, eu quis fazer parte não só por mim, mas porque eu estou desde o início e tenho acompanhado cada morador que chegou na sua dificuldade, na sua alimentação, decidi somar força para ter algo, para habitar, para a família ter. Hoje os 100% de moradores todos vieram de aluguel social, vieram da casa de um parente e hoje se encontram na comunidade com as suas limitações, com as suas dificuldades. Todos os integrantes se ajudam, eu mesmo ajudei muitos moradores a construir casa, hoje estou ajudando um amigo meu que também veio do aluguel, estava passando por um momento de dificuldade e achou esse espaço para poder pôr a família dele. No nosso caso hoje, a gente tem sofrido bastante pressão referente à área. Não sabemos o que está acontecendo, não sabemos por que está acontecendo, mas sabemos que a gente está numa área que tem um dono, só que é uma área que nunca teve nada. Isso não nos dá direito de entrar para dentro, mas é um espaço que cada morador achou para poder ter o seu canto para poder criar os seus filhos. Eu, como morador lá, tenho presenciado, tenho visto, além de ter presenciado, tenho visto muita coisa que tem acontecido sem necessidade. Já ouvi boatos que disseram que lá era só marginal. Lá é uma rua sem saída, no início da entrada da comunidade há um portão, ou seja, só entra dentro quem é morador; quem é estranho não entra. Então tem chegado até mim essa tese deles de que tem marginal, quando a

TEXTO SEM REVISÃO

gente chega os marginais fogem. É tudo morador, tudo pessoa carente, pessoas necessitadas, têm idosos, têm pessoas com dificuldades imensas, e a gente ajuda a nossa comunidade na maneira do possível. Um ajuda com a condução, o outro ajuda arrumar a rua... Não sei se alguém tem conhecimento, a gente tem fotos e vídeos de todo o progresso, do início até então. A gente tem melhorado e tem fortalecido, tem usado apoio à nossa comunidade, porque todo o mundo tem direito a um canto, todo o mundo tem direito a um espaço, entendeu? No caso, eu paguei muito tempo aluguel, é bem difícil. Eu fui Uber durante quatro anos, e eu pagava aluguel de carro e pagava aluguel de casa, é bem pesado. Eu sou novo e fui em busca para poder ter um espaço, e tive que me abster de aluguéis, porque eu vi um caminho, digamos, mais fácil não, mas um caminho que me desse uma condição de vida. Hoje não são as melhores casas, não são as melhores construções, mas cada um construiu o seu canto, o seu espaço como pôde. Eu morei dois meses no carro indo para lá. Eu dormia na rede para ir para lá, para quê? Não só para mim, mas porque a minha comunidade precisa de habitação, precisa do seu canto. Todas as crianças que hoje moram lá, elas estudam perto. Vieram pessoas de vários lugares: vieram da Restinga, do Belém, do Rincão, do Teresópolis, porque acharam ali uma oportunidade de ter o seu espaço. Hoje a nossa comunidade precisa de um apoio, porque tem acontecido esse fator agora, e a gente não sabia quem ia nos defender. Lá dentro, todo o mundo tem que estar batalhando, tanto fora ou dentro, mas está ali por um objetivo, por ter o seu espaço dignamente. A gente não quer “ah, vamos entrar aqui e não vamos pagar a luz”. Não, a gente quer ter o nosso espaço, apenas isso. Só o nosso espaço, por quê? Porque cada morador saiu e hoje está ali e já está com medo de sair, porque houve muitos boatos de que iam derrubar. Assim como a minha colega falou, todo o mundo ficou receoso. Sabemos que cada órgão está fazendo o seu papel, está fazendo o seu trabalho, só que a gente fica receoso, porque tem criança, tem idoso, tem gente deficiente dentro da área. Que nem eu falo, eu não sofro por mim, eu sofro pela minha comunidade, que é carente, que precisa dum suporte, que precisa duma ajuda. A gente veio aqui pedir esse apoio, pedir essa ajuda, porque, até então, a gente

TEXTO SEM REVISÃO

não tinha como chegar até vocês. Mas, graças a Deus, Deus sempre bota as pessoas boas para nos guiar num caminho. Acredito que, a partir de agora, há de acontecer algo: ou vocês vão decidir, ou alguém vai decidir o que vai ser feito da nossa situação referente à área. A gente só quer moradia digna e honesta, porque lá não tem nem um marginal, são todos trabalhadores, são todos cidadãos, a gente paga imposto, a gente vai no mercado, assim como todo outro morador que tem em outras comunidades.

SR. PAULINO COSTA: Bom dia, pessoal! Meu nome é Paulino Costa, fui um dos primeiros a ocupar a área. Eu faço jus à palavra da Raquel e do William, eu não tenho muito o que falar, eles já falaram tudo. É isso aí.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Quero agradecer pelos relatos da comunidade e às pessoas que estão presentes acompanhando esta seção. Depois nós vamos abrir caso queiram complementar as manifestações das lideranças e também para vocês conseguirem colocar os relatos de vocês. Passo a palavra ao Sr. Rafael Vogt.

SR. RAFAEL VOGT: Bom dia, meu nome é Rafael, sou chefe da unidade de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente. Não fui eu que lavrei o auto, mas eu represento a equipe. Na verdade, isso é indiferente, a autuação seria feita de igual forma, não em virtude da ocupação, nem de classe social, é indiferente. A Política Nacional de Meio Ambiente é uma lei federal, é a Lei nº 6.938, então ela é direcionada a todo cidadão brasileiro. A nossa questão ali foi o desmatamento, não a ocupação em si. A Secretaria do Meio Ambiente, a fiscalização monitora as áreas verdes, em geral, no Município, de preservação permanente, ou não, em áreas públicas, ou não. Na verdade, essa situação particular, eu já acompanho desde 2012, em Porto Alegre, quando eu entrei na fiscalização, em janeiro de 2012. Inclusive, entrei no grupo do programa de fiscalização e monitoramento urbano ambiental, que, na verdade, é um programa que ainda está em andamento na cidade, mas que, na verdade, acabou ficando meio

TEXTO SEM REVISÃO

esquecido, porque as políticas públicas também acabam caindo no esquecimento. Os programas, principalmente, na cidade, eram em virtude do monitoramento dessas áreas ocupadas e a deles não é a primeira. Eu já acompanhei muitas áreas espalhados por todo o Município, e essa situação... Nós, da fiscalização, eu me deparei com várias situações, inclusive, de uma mãe, uma vez que eu me recordo, na Alzira Rosa, uma ocupação também irregular, que estava com um bebê no colo, uma menininha pequena segurando a mão. Um dia antes da Páscoa, a gente estava lá, com a Guarda Municipal, tendo que derrubar uma residência que estava sendo construída. Eu quero que entendam que isso não é nada fácil, eu tenho duas filhas, e a gente se deparar com uma situação dessas é horrível. Essa situação, o nosso trabalho é ambiental. A nossa questão principal é defender o meio ambiente, a natureza, só que esses conflitos acontecem na área urbana, e eles não são de ocupações irregulares, eles são diversos, mas ali nesse caso específico é uma área particular que, no nosso entender, a responsabilidade é do proprietário da área que judicialmente vai ingressar com uma ação de reintegração de posse ou, se ele entender que seria melhor doar a área, bom, a... (Ininteligível.) ...não interfere, não opina sobre essas situações, mas o que eu percebo ao longo do tempo é que, por elas não terem um acompanhamento continuo da Prefeitura, tanto as áreas antigas como as novas, de ocupações novas, o problema municipal só se agrava em virtude da infraestrutura que o Município vai ter que, lá na frente, aportar, ele vai ter que instalar rede de drenagem de águas pluviais, vai ter que instalar esgoto, vai ter que instalar uma série de infraestruturas, iluminação pública, enfim, que na verdade deveriam ter iniciado antes da ocupação. Mas a gente também precisa entender que são várias situações de ocupação; uma coisa é a ocupação deles, que era uma área verde que estava lá parada, sem uso, e depende o aspecto de se analisar o uso, porque o proprietário da área também tem o direito de ter uma área apenas para manter vegetação nativa, é um direito, a área é dele, mas ele também poderia ter uma área produtiva, agriculturável, poderia fazer um loteamento desde que fosse licenciado, aí a gente começa a entrar nas diversas peculiaridades dos loteamentos. Uma coisa é o proprietário licenciar uma área

TEXTO SEM REVISÃO

para a instalação de um loteamento: o licenciamento prevê um projeto e esse projeto vai prever todos aqueles pontos de infraestrutura urbana obrigatórios, como calçamento, iluminação pública, abastecimento de água, rede de esgoto, rede de drenagem pluvial, análise da área, se ela é apta ou não para moradia, em primeiro lugar, são diversos fatores que vão abordar uma área a ser licenciada. Só que nós temos os licenciamentos regulares e os licenciamentos irregulares. Nos licenciamentos irregulares, que não têm essa etapa prévia de projeto, licenciamento, enfim, existem duas categorias: a categoria do proprietário de uma área que ingressa desmembrando internamente esse lotes e comercializando com um contrato que a gente chama de gaveta, e até muitas vezes iludindo pessoas a comprar aquele lote que elas acreditam ser legal, só que ele não fez nenhum licenciamento, ele não colocou financeiramente o aporte dele na infraestrutura; lá na frente, essa área toda que foi desmembrada, cujos lotes foram comercializados – é diferente da situação deles, eles não adquiriram em contrato um lote, eles formaram lotes de uma área que não estava para esse fim –, essas áreas de comércio irregular de terrenos – grilagem, a gente pode dizer no caso deles –, que era uma área particular que foi loteada de forma irregular, todo aquele valor que deveria ser gasto desde o arruamento, calçamento, iluminação pública, rede de esgoto, de água, de luz, enfim, toda a infraestrutura necessária, depois que toda aquela área foi ocupada, isso vai ficar para o município, seja ele qual for, neste caso é Porto Alegre. Também a gente tem nessas áreas particulares esse caso, por exemplo: uma área que é de um proprietário particular, mas foi ocupada de forma irregular; aí eu acho que precisa o Município intervir no aspecto de, em primeiro lugar: esse local pode ser utilizado para esse fim? A gente acompanha, todos acompanham pela TV – até há pouco tempo houve no litoral de São Paulo – deslizamentos, uma série de situações, áreas alagadiças, “n” situações que podem ocorrer. Eu não estudei área em si, mas essa seria a primeira coisa que o Município teria que verificar: se pode ou não, se suporta a quantidade de moradores que têm interesse em residir no local, e quem vai cuidar dessa infraestrutura posteriormente, e também, na verdade, se há ou não há rede de coleta de esgoto adequada, se a

TEXTO SEM REVISÃO

gente vai conseguir fazer essa instalação adequada. São “n” fatores que a gente vai analisar, porque vai aumentar o índice populacional daquele local. É um terreno bastante grande, não sei o número de famílias que estão no local atualmente, mas são famílias que vão somar com todas as outras daquela avenida, daquele entorno, e isso sobrecarrega transportes, são várias situações que decorrem de uma instalação dessas, mas a gente entende que eles tenham o direito à residência, à moradia própria, a gente não contesta isso, só que, na verdade, o Município precisa abordar isso de uma forma diferente. Como eu comecei a conversar: a gente vem acompanhando essas áreas de ocupação e deslocamento de moradores, enfim, desses locais irregulares. Só que isso, na verdade, o programa em si, o Programa de Fiscalização e Monitoramento Urbano Ambiental ficou parado, ele tem vários buracos. O DEMHAB não conversa com a Secretaria do Meio Ambiente; a FASC a mesma coisa, ficou muito compartimentado, e é um programa que não se conversa. As reuniões não acontecem. Na verdade, lá em 2012, quando, mais ou menos, tudo se iniciou, no aspecto de fazer funcionar o programa, inclusive, eu fui chamado no concurso público em virtude de uma vaga que abriu para esse programa, já entrei diretamente nele. Eu nunca participei de uma reunião entre as secretarias que participam desse programa, e ele é um programa com verba federal. Então, eu ele deveria já prever essas áreas ou áreas que vão ser direcionadas, o pessoal que está ali vai ser direcionado para um outro local, enfim, é o planejamento. O que eu vejo é falta de planejamento do Município. E também eu vou pegar uma situação que eu já constatei muitas vezes, inclusive, antes de períodos eleitorais, essas áreas de interesse de ocupação normalmente acompanham placas de políticos, candidatos que incentivam essas ocupações. E isso dificulta ainda mais o nosso trabalho como fiscalização e também o Município, porque, na verdade, o Município lá na frente, como eu falei, vai ter que apontar financeiramente todas essas infraestruturas necessárias para dar a segurança a todos que estão no local, e qualidade de saúde e de meio ambiente, porque saneamento também é saúde. Não adianta as crianças ficarem brincando numa vala de esgoto a céu aberto que elas vão ter problemas de saúde ali na frente.

TEXTO SEM REVISÃO

Para finalizar, a cada R$ 1,00 que a gente investe em meio ambiente, a gente economiza R$ 5,00 em saúde. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, todo o conhecimento de quem está na ponta, achei sensacional. Muito obrigada mesmo pela presença. Gostaria de passar, então, para o diretor da regularização fundiária, indicado pelo secretário André Machado, Sr. Luis Antonio, por gentileza.

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Saudando a todos presentes, eu só queria fazer uma pequena correção e pedir que alterasse a ordem de fala, porque a Dra. Aline é coordenadora dos programas de regularização fundiária da Procuradoria-Geral do Município, então, toda a questão técnica é de um conhecimento bastante profundo dela e tem condições de ilustrar muito melhor do que eu. Mas a questão de regularização fundiária é bem complexa, e ela tem requisitos para o Município assumir. Um deles é anterioridade, ou seja, um loteamento consolidado a “x” anos tem uma legislação específica, e nós estamos falando de uma área que tem seis meses. Uma outra questão também é que existe um litígio judicial, que também é um fator impeditivo. E terceiro – vou colocar rapidamente –, quando ocorre um projeto desses, aí tem que avaliar o tipo de regularização que é feita, são apresentados os projetos e existe uma comissão, a CTARF, onde todas as secretarias, são multissecretarias, todas elas participam com a sua análise técnica do projeto. Hoje, localiza-se dentro da Secretaria do Meio Ambiente, onde todas as diretrizes são emitidas ali. Então, nem toda área pode ser regularizada, mesmo que ela tenha condição de anterioridade, que ela tenha condição de preencher os requisitos, mas geograficamente, dentro da cidade, ela pode ou não, pode ser uma área que alaga, pode ser uma área num costado de arroio, pode ter uma nascente, tem uma série de circunstâncias que não permite, partindo do pressuposto que a ocupação fosse há bem mais tempo consolidada, que não houvesse litígio judicial, não houvesse uma ação de retomada, que levaria analisar. Então é impossível, neste momento, fazer uma análise supondo essas condições

TEXTO SEM REVISÃO

estarem superadas, que, na verdade, elas não estão. Então, não tem como fazer uma análise de regularização fundiária, nesse caso, porque não se enquadra nos critérios, e sem absoluto desmerecer a condição da necessidade das pessoas que estão lá. Também existem outros programas que podem ser discutidos, podem ser avaliados.

O colega William colocou a questão de pessoas que estavam no aluguel social foram para lá. Existem duas vertentes para o aluguel social, uma que é pela FASC, que aborda uma fragilidade momentânea daquela pessoa, então, ela trata por tempo determinado. E existe um outro regramento, que é pelo DEMHAB, onde o DEMHAB se compromete até a regularização, até a habitação final, mas existem requisitos para se enquadrar nisso também, como não é apenas bater na porta e a coisa acontecer, ela tem regras. Hoje, nós temos em Porto Alegre, mais ou menos, 900 e poucas áreas irregulares, sendo, dessas, cerca de 150 – Rafael pode me ajudar – áreas de altíssimo risco, que não tem como, e a situação não é não é fácil. Então, essas circunstâncias existem na cidade em face do aluguel social, a que eu estava me referindo, eu não sei de qual dessas duas vertentes o pessoal em aluguel social migrou para lá, possivelmente não tenha sido pelo DEMHAB, porque ele continuaria tendo, deve ter sido outra modalidade em que houve o encerramento. Agora, neste momento, nós estamos com um programa de recadastramento para fins habitacionais. O cadastro, em tese, está velho, muitas pessoas já foram beneficiadas nesse meio-tempo, pessoas que eventualmente faleceram, enfim, saíram da fila, mudaram de cidade, então está-se fazendo um recadastramento para, de uma forma, tentar apurar isso e nos próximos dias também deve abrir para cadastro de novas pessoas que necessitam da moradia nessa condição. Então eu acho que eu passo a palavra para a para Dra. Aline complementar a questão de Reurb. Obrigado.

SRA. ALINE CÁNDANO PEIXOTO: Bom dia a todos. Atualmente estou chefe da Procuradoria de Regularização Fundiária do Município, que na realidade é uma Procuradoria de Assistência Jurídica e Regularização Fundiária; então, a

TEXTO SEM REVISÃO

gente tem também ações de usucapião, trabalhamos com toda essa regularização desses loteamentos irregulares. Atualmente a gente tem feito essa regularização tanto em áreas privadas quanto em áreas públicas, preenchidos os requisitos então que a Lei da Reurb, que é a Lei nº 13.465 de 2017. Essa lei estabelece, entre as condições, que não haja conflito em relação à posse e propriedade daquela área. Pelo que eu vejo, esse seria o primeiro obstáculo a ser ultrapassado. Na realidade, a gente faz parte do GT de conflitos fundiários do TJ, através do Cejusc, do qual o Dr. Renato participa também, em que são debatidas ações de reintegração de posse que, por algum motivo, muitas vezes não são levadas ao fim, por questões até financeiras dos proprietários, é difícil reintegrar. Teve a pandemia também e houve uma decisão do STF que suspendeu essas reintegrações de posse e despejo. Então, na realidade, o obstáculo maior seria então essa ação judicial a ser superada. A segunda questão, então, que eu trago, é a questão da possibilidade daquela área, que aqui já se falou que é área de APP, tem que ver os riscos, que a gente às vezes não imagina, eu estou falando aqui, mas na realidade existe uma comissão técnica, com engenheiros, que dão, então, subsídio e examinam a topografia daquela área, como área de risco geotécnico, risco hidrológico. Eu realmente não conheço lá. Então, essa comissão de regularização fundiária muitas vezes dá condicionantes, diretrizes. E participa todo o secretariado, desde o DMAE, a SMOI, a SMAMUS, a SMED, para ver se tem escola próxima, posto de saúde. É vista toda essa área de planejamento urbano, porque não adianta, como o fiscal falou, regularizar uma área sem a infraestrutura necessária, sem condições de qualidade de vida.

Então, eu aponto essas duas questões que são importantes de serem superadas. O relato de vocês foi superlegítimo, válido, mas a gente trabalha nessas diretrizes, digamos assim, até por uma questão de justiça para com todos. São mais de 150 loteamentos irregulares. Inclusive, com relação aos proprietários registrais, só para complementar a fala do fiscal, quando verificado, a gente entra com ação civil pública contra esses loteadores que vendem sem ter esse projeto urbanístico anterior à ocupação.

TEXTO SEM REVISÃO

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...fazendo venda. Lá todo mundo precisa e ninguém teve venda lá...

SRA. ALINE CÁNDANO PEIXOTO: Foi ocupado, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É.

SRA. ALINE CÁNDANO PEIXOTO: Nessas situações, a gente trabalha muito, o Luis mencionou aqui, claro, a ocupação recente, o que talvez não impeça uma tratativa com os proprietários. Mas que, realmente, na legitimação fundiária, na regionalização fundiária há instrumentos; um deles é a legitimação fundiária, por exemplo, que tem o requisito do marco legal de ocupação, núcleo urbano consolidado anterior a dezembro de 2016. Então, ocupações mais recentes, depois de 2017, receberiam então um instrumento chamado legitimação de posse. Isso, superadas essas duas questões que apresentei antes. Acho que era isso. Ficou à disposição. Ali está o meu *e-mail,* ali a gente está sempre disposto a orientar e tentar, na medida do possível, colaborar para que as coisas tenham alguma solução. Acho que o DEMHAB tem esse cadastro, que eu acho que é importante haver esse cadastramento das famílias, eu não sei quantas famílias tem lá...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sessenta famílias.

SRA. ALINE CÁNDANO PEIXOTO: Sessenta famílias. Então, ter outras opções, tendo em vista essas restrições, esses desafios que têm que ser enfrentados antes da regularização fundiária. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Dra. Aline. Saúdo a presença dos vereadores da Comissão, Pablo Melo e Jessé Sangalli.
O Dr. Renato Muniz, da Defensoria Pública, está com a palavra.

TEXTO SEM REVISÃO

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Bom dia, pessoal. Então, verificando a situação de vocês, são em torno de 60 famílias, estão, há 6 meses, nessa localidade. A Dra. Aline e demais profissionais já passaram um pouco da questão técnica, mas também é importante trazer um apanhado de que muito se vê, e a gente sabe que, historicamente, há uma carência de programas habitacionais aqui no Município. Espera-se que, agora, com o novo programa que foi publicado pelo Governo Federal, isso talvez venha a tornar mais célere a busca, enfim, por meios de programas habitacionais, que há uma carência que acaba gerando isso aí. No caso específico de vocês, nós temos, esta Comissão de Conflito Fundiário, se vocês já possuem essa ação judicial, vocês já foram comunicados dessa ação judicial?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Vocês têm que procurar a defesa, procurar a Defensoria, não sei se vocês já têm um advogado, senão tem que procurar a Defensoria Pública.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente tinha, mas...

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Então, tem que procurar a Defensoria. Vocês são ali da Zona Sul de Porto Alegre. Vocês podem tanto nos procurar aqui no Centro, mas tem a Defensoria Pública da Restinga, que fica junto ao Fórum da Restinga, para fazer essa assistência para vocês. O que acontece? Embora seja uma comunidade recente, essa decisão que a Dra. Aline até explicitou aqui na fala, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a suspensão de reintegrações coletivas e que determinou o regime de transição para qualquer reintegração de posse. Nessa regra de transição, que foi determinada pelo Supremo, foi instituído que cada Tribuna de Justiça tem que compor uma comissão de conflito fundiário. Faz uns 15 dias que o Tribunal do Rio Grande do Sul publicou, instituiu – não sei se a Dra. Aline já estava sabendo – a Comissão

TEXTO SEM REVISÃO

de Conflito Fundiário. O que isso quer dizer? Nessa regra de transição, a partir desse conflito fundiário, será apurado o caso de cada comunidade, a partir de uma etapa de vistoria, de inspeção de cada local, passando por essa questão de viabilidade, moradia. E também um dos pontos é se verificar, se lá, a partir de uma mediação, a partir de tentativas de composição, seja com o proprietário ou com o poder público, qual será a alternativa, permanecer no local, se é com particular, uma doação da área, ou uma eventual composição aquisitiva de valores dos moradores, enfim, alternativas para se buscar. Mas, lá no final, se não houver solução, se não tiver composição, tem na própria decisão que, antes de serem realocados, que seja reintegrada a área, que haja uma alternativa. A decisão do Supremo é muito importante, porque ela traz uma quebra de paradigma de mentalidade, de não ocorrer mais a reintegração pura e simples, de tirar as pessoas e botar para o outro lado da rua, digamos assim. Então, a decisão do Supremo traz essa visão de que, se chegar lá no final dessa Comissão de Conflito Fundiário e não tiver qualquer resolução, não tiver como resolver, antes do mero despejo, digamos assim, daquelas moradias, que antes se verifique para onde vão ser colocadas... Algum outro tipo de moradia, algum tipo de abrigo, enfim, algum local em que as pessoas tenham para onde ir. Então, nesse processo, que vocês estão respondendo, esse ato que instituiu a comissão do conflito determina que qualquer despejo, qualquer realocação tem que passar pela Comissão, ou seja, não explicita a questão de tempo, se é recente ou não, tem que passar por essa Comissão, e essa Comissão tem essas condicionantes. Então, o que eu quero trazer para vocês? É para vocês já entenderem que há uma questão administrativa, técnica, que foi trazida aqui, da área, se é viável ou não ter moradia, se tem como... embora tenha ocorrido essa questão de desmatamento, mesmo se for uma APP, mas há meios de compor a questão da moradia nesses termos extrajudiciais. Claro que tem que se verificar qual seria, até onde tem como compor essa questão, mas a parte judicial, mesmo vocês tendo esse processo, mesmo respondendo processo, há todo um caminho que esta comissão vai apurar para depois certificar alternativas para habitação. E aí, mesmo se não houver qualquer êxito, uma negociação, enfim, uma

TEXTO SEM REVISÃO

mediação da comunidade de vocês, antes de qualquer saída do imóvel, dessa área, tem que haver essas alternativas de moradia.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Dr. Renato, defensor público, que trouxe algumas informações importantes para a continuidade da nossa construção junto ao Município de uma alternativa viável, pautada na dignidade, no respeito e no direito à moradia, que é um direito constitucional. Gostaria de abrir para o plenário, para os moradores presentes. Agora é o momento de nós tirar as dúvidas, colocar nossas questões. Ficou com dúvida em relação à fala de algum dos representantes da Mesa, do fiscal ambiental, do diretor da regularização fundiária, dos advogados do Município, aquilo que o defensor público acabou de colocar, é o momento de tirar as dúvidas, pessoal.
Também caso a comunidade queira fazer novas intervenções, está aberto. Não esqueçam de se apresentar. Quem quiser se inscrever do público, inscrições com o secretário. A Sra. Raquel Poltronieri está com a palavra.

SRA. RAQUEL POLTRONIERI: Eu queria colocar mais uma questão. Ele falou sobre esgoto, sobre o saneamento da comunidade. A gente é muito organizada, desde o início. Entramos com uma organização assim: temos uma sanga no final da nossa comunidade, que presamos muito, gostamos dela, já fizemos todo o mapeamento dela par ver se ela é suja. Por quê? Porque no verão as nossas crianças brincam lá. Então fizemos o mapeamento para ver se ela é limpa, porque assim vamos preservá-la, queremos preservá-la.
Sobre o esgoto, cada um fez a sua foça no fundo da sua casa. Para quê? Para não ter esgoto aberto por conta não só pela higiene, mas pela saúde. Se tu deixares esgoto aberto, vai dar bicho, vai dar fedor... Então, todo mundo fez a sua foça no fundo da sua casa, bem direitinho, tapada, para não dar moscas, fedor, não dar nada, por conta de muitas crianças e nós adultos também. Nós temos muitos idosos, isso ia trazer bastante doenças. Então, fomos bem organizados. O lixo também nós colocamos lá na frente, vem a coleta de lixo e leva o nosso lixo bem tranquilo. Vocês estão convidados a conhecer a nossa

TEXTO SEM REVISÃO

comunidade. Ela tem caimento, mas como o solo era muito úmido, fez muito aterros para não ficar aquela água e aquela sujeira no meio da rua. E a luz também. Fomos bem cautelosos ao fazer a luz. A luz foi puxada bem certinha, com os fios corretos para não dar curto, não dar nada e não arriscar pegar fogo em nenhuma casa. A fiação toda está da comunidade foi feita bem certinha, a gente pesquisou muito, a gente fez uma vaquinha comunitária, comprou os fios corretos para não colocar em risco nenhuma casa. O puxado da luz para a casa foi acompanhado por uma pessoa que trabalhou na CEEE e sabia direitinho como fazer. A água também, a gente puxou bem certinho os canos para todas as casas. Todas as casas já têm água e luz e o esgoto com a foça no fundo da casa, tudo para não colocar em risco a vida de ninguém nem a saúde de ninguém. Foi tudo bem estudado antes de ser feito. Era isso que eu queria colocar a mais.

A questão da creche, sim, já temos acompanhamento do SAFI, da assistência social, foi eu mesma que encaminhei, eles já fazem parte da nossa situação. O posto também já tem acompanhamento conosco, eles também já estão com a nossa situação lá com eles, e também participei da reunião do posto, há algumas pessoas aqui que estavam juntos conosco, eles já fazem parte, já estão cientes da situação do pessoal. Creche e escola têm tudo perto, temos todo o acompanhamento. Muito obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, as inscrições estão abertas ainda. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Bom dia a todos. Eu queria rapidamente fazer algumas considerações depois de ouvir tudo aqui. Em primeiro lugar, parabenizar a postura do coordenador de fiscalização, para deixar muito claro que a fiscalização foi do ponto de vista ambiental. Gente, não dá para desmatar 6 mil metros quadrados assim. Faço um apelo, que as pessoas que estão lá não desmatem mais. Isso não é lá; em nenhum lugar. Não é área de ocupação, vai ser um problema maior.

TEXTO SEM REVISÃO

Em segundo lugar, eu queria dizer que não sei qual o posicionamento dos proprietários da área, que muito bem o poder público disse que pode requisitar a área, pode, inclusive, manter como uma área de preservação, pode fazer uma doação, enfim, eu não sei. Eu desconheço a vontade do proprietário legal que adquiriu ou não, é familiar, eu não sei dessa questão. No meu sentido como colaboração, vou acompanhar, a gente entende a necessidade de moradia, da necessidade de buscar o cadastro no DEMHAB, solicitar áreas para que a gente resolva o problema, que é muito grande ali. Naquela região tem atrás – acho que a fiscalização já deve ter ido lá – do loteamento, isso eu falo porque é importante as pessoas se organizarem como cooperativas habitacionais, de procurar o auxílio do DEMHAB, das pessoas que auxiliam na montagem de cooperativas habitacionais, porque ali naquela região mesmo tem uma comunidade que está sofrendo também, vereadores, na parte de traz, porque eles se organizaram, fizeram loteamento, a Simone Somensi acompanhou há anos isso, e agora a área do próprio loteamento dos moradores, que se organizaram há décadas, está sofrendo desmatamento por uma pressão por habitação na parte de trás, e as pessoas estão invadindo o que é uma bacia de contenção, entendeu? Então, esses problemas vão só aumentando para o poder público, inclusive para os moradores. Eu só queria fazer essas considerações, agradecendo aqui o aprendizado de todos e nos colocando à disposição, a CUTHAB, para intermediar, mas existe esse pedido, e um pedido político. Foi muito bem dito aqui pelo fiscal, existem políticos que incentivam ocupações, invasões e outros políticos que prometem regularizações em bacias de contenções. Por favor, espantem esses políticos, porque isso é um crime com vocês, é um crime com o Município, não entrem nessa, porque é o que a gente está mais cansado de ver e isso gera um círculo vicioso terrível. São essas as minhas considerações.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver. Moisés. Nenhum vereador se inscreveu, vou passar para a fala das comunidades. A Sra. Adriana Fontoura está com a palavra.

TEXTO SEM REVISÃO

SRA. ADRIANA FONTOURA: Bom dia, na verdade estou representando o gabinete do Ver. Roberto Robaina. Num primeiro momento, eu queria dizer que eu acompanhei uma vistoria judicial junto com o defensor, na Coamar, no próprio Belém Velho, onde a gente está fazendo uma tratativa muito boa, tem um trabalho bem extenso naquela comunidade, mas as perguntas são: em relação à SMAM, para mim não ficou claro, houve uma autuação? E de que quanto é essa autuação? Para que a comunidade tenha um esclarecimento sobre isso, porque para a gente trabalhar, a gente tem que saber, de fato, o que está acontecendo.

Em questão do processo judicial de vocês: já tem o pedido de uma reintegração de posse? De que forma isso está sendo feito? Até porque eu acho que o defensor, para poder trabalhar também, vai ter que ter todo o embasamento disso. E colocando à disposição o gabinete do Ver. Roberto Robaina também, para ajudar vocês, para que a gente possa chegar na melhor tratativa, e me colocando à disposição, porque já faz muito tempo que eu trabalho também com cooperativas, aliás, essa é a minha especialidade. Um bom dia a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Adriana Fontoura. Eu gostaria de passar a palavra para o João Antonio, da comunidade.

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: Bom dia a todos, eu queria passar as situações que ainda acontecem lá e não passaram aqui. Acontece muito também da polícia ir lá, sem identificação, sem papel algum, oprimir um ou outro. Eu ainda tive sorte de não acontecer isso comigo, estou sempre trabalhando, mas aconteceu com o meu cunhado, em diferentes ocasiões, entrando pelo mato, com tudo apagado, e isso eu creio que não é uma coisa legal, eles não estão indo lá legalmente. Então, além do proprietário, deve estar acontecendo outros casos, que é malhado, não é polícia normal, e geralmente são os mesmos. E isso aí preocupa muito a gente. A gente deixa o portão fechado, mas eles entram. Todo mundo é trabalhador, e pode acontecer muitas coisas que vocês sabem que acontecem em outros lugares, e isso nos

TEXTO SEM REVISÃO

preocupa, a gente quer ter uma segurança sobre isso também, entendeu? Se acontecer algo, que não digam que a comunidade é carente e foi rixa por causa de crime. Nem é, todo mundo é trabalhador. Se acontecer alguma coisa assim, pelo lado da segurança pública, isso aí complicaria para nós, porque é segurança, tem muita gente lá que sai sozinho de noite e eles podem fazer algo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Malhado, de touca?

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: É, malhado de touca, já foram até de touca ninja, para não serem identificados. Então, está acontecendo algo que nós não estamos sabendo. Nós não estamos tendo a ciência total do que está acontecendo, estamos querendo morar, mas o dono, sei lá, estão movimentando algo para nos tirar de lá, de tudo que é forma, além do jeito jurídico e do jeito deles também. Devem ter influência, devem ter dinheiro. E outra coisa, essa organização que nós temos, nós estamos planejando em fazer também a cooperativa; que nem elas falaram, a nossa organização já está organizada, desde água e luz, todos os terrenos têm água e luz, tudo certinho. O esgoto é fechado, nós estamos sempre aterrando, sempre cuidando; o desmatamento, desde a primeira vez que tiveram lá, eles falaram para nós não cortarmos árvores grossas, só mato baixo. Nada mais foi cortado, nem fogo, nem (Ininteligível.), nós estamos cuidando muito mesmo a nossa área para questão ambiental já não... Porque se não sobra para nós, se a gente não cuidar, nós não vamos perder para o dono, nós vamos perder pelo ambiente. Então, lá atrás, desde a primeira visita que fizeram, nós estamos cuidando disso, desde desmatamento, essas coisas assim. Nós cuidamos disso bem até, a questão da água, de não largar nada na foz, então, é todo um negócio que nós estamos fazendo... Todo mundo foi lá falar: não pode isso, não pode aquilo. Nós seguimos as regras, nós não estamos passando por cima de ninguém, nós estamos tentando fazer o que é feito. Ela foi lá e nos explicou tudo que nós tínhamos que fazer nós estamos fazendo, tudo conforme o que era para ser feito, só que é ter uma visão do que vai acontecer com essas situações; todo mundo

TEXTO SEM REVISÃO

tem medo. Eu, no caso, desde a pandemia, quando fiquei desempregado, eu morava de aluguel, daí tive que morar com a minha mãe, num terreninho lá, que era perto de um esgotinho; a casa, até desmontei porque tinha um esgoto perto. Nós não, como temos lá, o riacho; as casas estão a mais de 20 metros longe; então, não tem nenhuma casa em risco de desabamento, coisa assim, é uma que, querendo ou não, é habitável, porque tem casa dos dois lados. Então, era isso o que eu tinha para falar.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, João Antônio. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Estava lento aqui o relatório da fiscalização; vou dar uma lida rápida para vocês aqui só para eu entender uma questão. Ele diz o seguinte: No dia 25/11 estivemos no endereço supracitado, Estrada Afonso Lourenco Mariante, nº 3.000, constatamos uma ocupação irregular e desmatamento de uma grande área, conversamos com os ocupantes; eles nos informaram que o líder do grupo é conhecido como Alemão – não sei se o Alemão está aqui hoje? Então, retornamos ao local dia tal, juntamente com a (Ininteligível.) e Guarda Municipal, foi constatado supressão de vegetação de 6 mil metros quadrados; encontramos na área placas afixadas, no local, com os nomes das pessoas, provavelmente futuros ocupantes dos lotes. Aqui fica a pergunta: como é que foi dada a ocupação? A ocupação se deu de maneira espontânea? E se é espontânea, por que tem lotes com nome de pessoas? Se, por outro ado, não foi espontânea, quem é que está fazendo esse loteamento irregular, é o Alemão? Por que? Alguma pessoa – não sei se é o tal de Alemão – pode estar mentindo para vocês, dizendo que vocês vão ter direito a uma casa, vocês não vão ter direito a esta casa, porque, se alguém está vendendo algo e não é proprietário, está fraudando vocês. Então é uma pergunta a legítima, porque é muito comum, não só aqui em Porto Alegre, no Brasil, como um todo; eu já vi casos assim, de estelionatários venderem lotes, não sendo os proprietários, prometendo para vocês, que se associarem em uma associação,

TEXTO SEM REVISÃO

vocês vão ter direito a esta casa. Como é que alguém vende algo do qual não é proprietário? Será que é isso que está acontecendo com vocês? Por isso que aquela fala aqui do Moises é muito importante; vocês não podem correr o risco de serem enganados, a título de um anseio legítimo a ser atendido, no caso, o direito à moradia. Fica aqui a pergunta: essa ocupação se deu de maneira espontânea ou alguém está organizando? Se alguém estiver organizando, essa pessoa tem direito à propriedade ou ela está enganando vocês? Fica essa pergunta no ar, se alguém puder responder.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada vereador. A Sra. Adriana Almeida Rosa está com a palavra.

SRA. ADRIANA ALMEIDA ROSA: Bom dia a todos, sou funcionária pública da Secretaria Municipal da Saúde; estou na luta, ajudando minhas filhas que pagam aluguel. Então, eu acho assim, eu gostaria muito mais que essa palavra fosse do DEMHAB. Em 2009, teve a última inscrição no DEMHAB, e gente teve... Eu as ajudei a se inscreverem, e até hoje nunca chamaram elas. E aí, foram pagar aluguel; pagando aluguel, elas não conseguiram mais sobreviver. Eu sou funcionária pública da Secretaria Municipal da Saúde, alguns de vocês sabem, estamos numa luta por um aumento, porque meu básico é R$ 900,00, eu não tenho como ajudar todas as filhas que tenho, quatro. Então, estou na luta, ajudando-as a terem seu cantinho, da maneira que for, mas eu peço ao DEMHAB para ver essa questão de haver novas inscrições, que vai ter... Elas foram cadastradas na Restinga, foram cadastradas na Bento Gonçalves, perto do Carrefour, e nunca foram chamadas, estava na lista para suplente, para ser chamado logo; tiraram porque morava em outro bairro, tiraram a outra porque morava na Zona Sul, não pertencia, e era uma das primeiras da lista na época. Então, a pergunta é para o DEMHAB, como fica essa situação desses anos atrás, que até hoje não teve solução? Por isso que se é obrigado... Fica sabendo de uma invasão, a gente vai. Eu quero ajudar o povo que precisa disso. Então,

TEXTO SEM REVISÃO

gostaria que vocês tentassem ter tem uma resposta do DEMHAB mais concreta sobre isso. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Adriana Rosa. Como ninguém se inscreveu, para encerrar fala da comunidade, vou chamar novamente o João Antônio, depois a gente passa a palavra aos componentes da mesa.

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: Queria responder ao Jessé, na questão, desde o começo, que ele falou. Desde o começo estamos lá; o Alemão era um representante assim, não representante por ser o dono, até então, porque ele nem queria, assim, terreno em frente, coisa dada, ele mais ajudava as pessoas, a família dele e nós, ajudou a fazer a casa de muitos ali, e ninguém cobra nada, entendeu, se o terreno não foi vendido. Ele era, digamos, a voz, porque toda a comunidade tem que ter alguém que seja a voz, para puxar; e, às vezes, chegava o DEMHAB lá na frente, e as pessoas não sabiam muito o que falar. Eu já fui uma vez falar, que nem eu falei, foi a segunda vez, daí ele não estava lá, eu falei com as pessoas, mostrei e tudo mais, o que estava acontecendo realmente, perguntando se queria entrar, tirar foto, e eles já tinham conhecimento de tudo porque já tinham a primeira vez com o Alemão. Então, é um negócio que não tem uma enganação em cima de nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não foi vendido?

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: Não foi vendido, porque, até se fosse vendido....

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É que às vezes acontece.

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: É, acontece, eu te entendo. Ela já tinha passado que acontece grandes situações assim, como tu

TEXTO SEM REVISÃO

falaste, eles compram, construtoras, para prédios, e tudo mais. Ali não é o nosso caso porque todo mundo dali mesmo é comunidade carente. O próprio Alemão, eu e qualquer outro. Se vocês olharem, puxarem históricos ali, ninguém é dono, ou grande empresário que teria condições de fazer isso, e nem tem recursos ou conhecimentos, amigos, para isso. Eu estou desde... No primeiro dia que eu fiquei sabendo daquilo lá, fui numa manhã lá, encontrei Paulinho, encontrei eles e vi que era invasão mesmo, ocupação, e fechei desde o começo junto com eles. Eu estou vendo, nunca teve essa questão de “ah, apareceu alguém, nós estamos sendo enganados por grandes proprietários”.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Talvez não tenha ficado claro para ti.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Jessé vai querer fazer uma intervenção em cima da intervenção. Jessé, para as notas taquigráficas, a gente precisa ter essa ata organizada. Por gentileza.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Sim, eu te entendo, a resposta que tu deste é a da pergunta que eu fiz, se tinha alguém que estava incentivando e tal e cobrando por isso, mas é ilusão achar que quem incentiva invasão em Porto Alegre é grande construtora. Ao contrário, a grande construtora quer vender a casa pronta, com documento, porque daí ela lucra mais. Quem incentiva invasão geralmente é grileiro, aquele cara que finge ser dono e vende uma coisa que não é sua, mas não é o caso que tu estás falando, tu estás falando de uma pessoa que, junto de vocês, fez e não está cobrando por isso. Então é outro caso.

SR. JOÃO ANTONIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: É outro caso, sim, e não foi ele sozinho, não foi ele do nada que instalou ali aquela invasão. Foi visto, que nem muitas pessoas que já moravam na volta, todo mundo já sabe que aquilo ali há mais de 30 anos é só mato, não tinha dono, correram ali e viram

TEXTO SEM REVISÃO

que tinha dívida e tudo mais. Então foram famílias; no primeiro dia, já tinha mais de 20 famílias, até com crianças ali. Entendeu? No dia em que chegou a polícia, no segundo dia, eles já nem entraram, nem disseram, porque tinha pessoas, tinha famílias, tinha crianças lá dentro do terreno. E desde então é isso aí, não apareceu nunca um rosto diferente para tentar conversar conosco, são sempre os mesmos organizadores ali que estão nos auxiliando. Eu estou desde o primeiro dia e eu não vi nada assim de venda, coisas de vir gente diferente. As mesmas pessoas que estavam no começo estão até agora lutando, porque é que nem falaram, é o seu cantinho, o seu terreno, que muitos ainda não conseguiram botar a casa por uma questão de dinheiro também. É complicado. E a divisão, como o senhor falou, foi dividido o lote porque nós tivemos um pensamento muito bom no começo já. Nem todo mundo queria, daí teve briga de todo mundo, 60 famílias, quem é que quer lá no fim? Muitos queriam no começo. E daí foi dividido por nome, igual, assim, certinho. Então é a questão, futuramente, de a gente não querer fazer uma vila, a gente queria fazer tudo certinho. A água é meio padrão, é retinha de um lado só da rua; a luz é poste, os fios com conectores, não é nada que traga perigo de pegar fogo para nós ou para as crianças. E o loteamento foi dividido com terrenos iguais, tudo certinho, numerados, para não ter conflito entre nós mesmos. “Ah, tu tens um terreno maior que o outro”, “tu tens lá na frente”, “tu tens lá atrás”. Foi organizado assim. E o Alemão fazia essas coisas não porque ele era dono, ele fazia para manter o controle e a organização entre nós mesmos. Muitas vezes, tem um ou outro “ah, mas eu queria ali”. Não, nós vamos dar a palavra para ele, e o que ele decidir está decidido, porque é o cara que está desde o começo, está nos puxando, está nos orientando, então o que ele falar, dessa vez, vai ser dito. Da primeira vez, teve duas divisões. Na primeira divisão, todo mundo ficou meio... Não, vai ser a voz dele, e quem ele for falando, porque ele está desde o começo, ele viu quem estava botando a mão; então ele foi apontando quem ia ficando, e foi assim. E até hoje é assim. No caso, hoje em dia, todo foi dividido entre 60; hoje em dia, a nossa luta não é mais pela divisão de terrenos, essas coisas, é para ampliar, para deixar tudo organizado para nós termos uma boa vivência lá dentro, desde

TEXTO SEM REVISÃO

a rua, o esgoto, como eu disse. A nossa preocupação é essa agora, é manter a qualidade de vida nossa lá dentro. Porque todo começo de ocupação vocês sabem que não é fácil, tem um monte de coisas que são difíceis mesmo; mas nós estamos lá, com força de vontade, fazendo tudo para melhorar e de braços abertos para ajuda de tudo que é canto. Nós estamos querendo o nosso direito de moradia, que nem nos passaram. É isso, obrigado pela atenção.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, João. Vou passar de volta à Mesa para a gente fazer os nossos encaminhamentos. Alguém teve alguma ideia de encaminhamento? Acho que o defensor público colocou algumas questões importantes. Vamos voltar diretamente para a questão da regularização fundiária, fiscal. Tu tens que sair, não é? Podemos passar para ti, de imediato?

SR. RAFAEL VOGT: Respondendo ao questionamento da área que foi autuada: foram aproximadamente 6 mil metros quadrados de vegetação removida, de forma esparsa, não foi concentrado, porque é um terreno bastante comprido, com uma frente, uma testada menor, mas ele é bem longo para os fundos. Então a gente analisa por mancha vegetal da área como um todo. Para concluir, a área é íngreme. Por mais que ela tenha sido aterrada, e essa é uma questão um pouquinho mais técnica quanto ao saneamento, foi atendida a norma quanto à fossa e ao filtro; mesmo assim, se não houver uma manutenção contínua, esse afluente que vai sair, final, mesmo que vá para um poço negro, que também não é o adequado, por ser uma área de aterro, isso vai acabar indo percolando no solo e chegando nessa área que tu falaste que as crianças brincam lá no fundo. Então tem que levar muito isso em consideração, porque vai gerar problema de saúde, com certeza. O tratamento de esgoto não é uma coisa simples, que eu vou colocar numa fossa única; se não for fossa, filtro e filtro e ainda depois mais algum tipo de direcionamento. Isso é bem problemático, então precisa de análise laboratorial de água para a gente testar se realmente está ou não está com patógenos que vão depois gerar problemas para a saúde. E consumo humano

TEXTO SEM REVISÃO

dessa água, nem pensar, tá? Mesmo com retorno, não é indicado. Peço desculpa, mas não vou poder ficar até o final.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): ...Obrigada, fiscal Rafael Vogt. Peguei o teu contato, a gente vai seguir se atualizando dessa questão mesmo. Quero passar para o diretor Luis Antonio, representante da secretaria de regularização fundiária, pois foram trazidas algumas questões sobre recadastramento, e como também a secretaria pode ajudar no acompanhamento, a partir da sugestão do defensor, como é que a secretaria pode contribuir nesse recadastramento, e buscar também alternativas caso a comunidade venha a ter que sair daquela área, o que o Município tem a oferecer nesse sentido.

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: O cadastro que está sendo feito, ou está sendo refeito, busca justamente essa questão que foi abordada, ou seja, o direito das pessoas. Essa lista, sabe-se lá quando começou essa lista que hoje existe, e é uma lista que está desatualizada, ela tem quase 70 mil nomes... A lista de verdade, as pessoas que necessitam de verdade, não temos 60 mil pessoas. Ou temos? Tem que recadastrar para ter certeza, porque a lista não era limpa. Na medida em que as coisas vão acontecendo, a cidade é muito viva, a cidade é um corpo, se transforma, se modifica, então nós não temos, até pela inexistência de meios de informática adequados, não se tem a lista hoje, uma lista limpa, uma lista, efetivamente, de quem precisa. Esse recadastramento vai trazer essa condição de poder auxiliar essas pessoas de uma maneira mais efetiva. Então a primeira fase é um recadastramento, e a segunda fase é a inclusão de novos. Isso já está aberto pela internet, nós tivemos ontem, acho que hoje também, está lá no Mercado Público, um mutirão, tem vários servidores auxiliando a população que em algum momento não tenha condições. Quem não tiver condições de acessar o computador para fazer, porque pode ser feito de casa, dá uma passadinha no DEMHAB que a gente dá um jeito de ajudar. A gente tem um ditado: “Ninguém fica para trás”, a gente vai estar com todo mundo. Quanto à questão processual que estamos discutindo, nós precisamos estar

TEXTO SEM REVISÃO

dentro para poder fazer alguma avaliação. É muito superficial neste momento, nós tomamos conhecimento da ação, é uma ação entre particulares, o governo não foi chamado até o presente momento, nós não temos as condições do processo, não temos condições nenhuma que permita fazer uma avaliação, e muito menos uma conclusão, uma sentença. Então eu me resguardaria de fazer um comentário nesse sentido.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, diretor Luis Antônio. A Ver.ª Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Diretor Luis, eu gostaria justamente de fazer um questionamento com relação ao recadastramento, porque eu fiquei com dúvida. No meu entendimento a justiça se faz quando aquele que está cadastrado há mais tempo tem prioridade na entrega da moradia, quando elas voltarem a ser entregues. Então me preocupa essa questão de a informatização do cadastro ser algo tão demorado e que a gente possa ter perdido alguma coisa no caminho. Se vocês precisarem, o que a Câmara de Vereadores puder ajudar nesse sentido de modernização, de sistema, a gente tem como dar algum tipo de auxílio, porque para mim é impensável que quem está entrando numa invasão agora, tenha prioridade de recebimento de uma moradia de quem está há 10, 15, 20 anos, já inscrito no DEMHAB e não recebeu, como é o caso da senhora que falou, que desde 2009 as filhas dela estão no cadastro. Eu acho que a gente tem que ter um cuidado muito grande com isso para a gente não cometer injustiças. Eu também conheço pessoas que moram em comunidades e que estão aguardando já a regularização fundiária há mais de 20, 30 anos, como é o caso do Beco São Pedro, e até hoje não aconteceu. Ali eu sei que é uma área do Estado, não é da Prefeitura de Porto Alegre, mas independente disso, as coisas são demoradas demais às vezes, então deixo aqui colocado que eu entendo, como vereadora de Porto Alegre, que a prioridade é de quem está há mais tempo no cadastro sempre. Obrigada.

TEXTO SEM REVISÃO

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Fernanda, por pontuar. Passo a palavra à Dra. Aline.

SRA. ALINE CÁNDANO PEIXOTO: Quero só ressaltar que tem essa restrição do processo judicial, essa ação de reintegração de posse; é uma área privada, o Município não é parte nesse processo, então é importante que esse conflito de propriedade seja superado para que haja todo o procedimento de regularização fundiária no local. Fico à disposição.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Passo a palavra ao Dr. Renato Muniz.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Obrigado. Então, para os moradores, aquela orientação inicial, para vocês realmente buscarem a Defensoria, se quiserem procurar advogados também, para fazer a efetiva defesa de vocês nesse processo. A questão da Restinga, tem o Foro da Restinga, tem a Defensoria, qualquer coisa pode nos procurar aqui no centro também para fazer a questão da defesa de vocês nesse processo. Eu não sei se vocês já foram comunicados desse processo...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já, a gente teve até um juiz que quebrou a reintegração de posse. Mas é temporário, ela vai entrar de novo.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Então vocês têm que procurar esse suporte jurídico. Podem até informar que já tiveram essa reunião aqui, para avisar lá o pessoal do Fórum da Restinga que é a Defensoria Pública lá, para fazer esse suporte aí, e depois a gente também atua para passar as informações, para a manifestação no processo para vocês; esse é um ponto. E, de novo, esse ponto jurídico, a questão que eu informei da importância dessa decisão do Supremo Tribunal Federal que mesmo para questões recentes tem instituída essa comissão de conflito fundiário para debater a questão da moradia, e essa

TEXTO SEM REVISÃO

comissão, nessa regra de transição, antes de uma mera e pura reintegração, que se verifique alternativas de moradia; esse é um ponto jurídico. Outro ponto é essa questão mais administrativa e política de gestão pública, que há uma preocupação, que é a questão habitacional, a questão de programas habitacionais nos últimos anos ficou muito parado aqui no Município, esperamos que isso se retome. Há um programa agora do governo atual para que se busque meios para executar efetivamente uma política habitacional no município de Porto Alegre. Há a questão do bônus moradia que tem se instituído e tal, mas não é uma questão que resolve a questão habitacional de Porto Alegre. Então é algo que acaba gerando esse tipo de situação; ocupações, centenas de ocupações em Porto Alegre, e isso gera uma centena de milhares de moradores de Porto Alegre que...

SRA. RAQUEL POLTRONIERI: É uma medida desesperada.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Exatamente; a falta de uma política habitacional gera esse tipo desespero de procurar em algum espaço para ter a sua moradia. É isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, defensor Dr. Renato. Queria passar para a comunidade caso queiram fazer mais alguma consideração em relação a isso que está sendo encaminhado.

SR. WILLIM LEMOS MEIRELLES: Bom, pessoal, queria mais uma vez só passar uma ideia; se por via acontecer alguma outra reintegração de posse, ou antes de acontecer alguma outra reintegração de posse, e alguém supostamente for lá e fizeram a mesma coisa que foi feito nessa questão passada, ameaçar ou oprimir a comunidade. Aí, vamos procurar quem? Quem é que nós devemos procurar? Porque até então, como a gente já sabia, vocês não tinham conhecimento da nossa situação, não tinham conhecimento da nossa questão. Hoje vários órgãos estão tendo conhecimento da nossa situação atual. Só que a

TEXTO SEM REVISÃO

gente se preocupa, como o colega lá, o vizinho meu lá, o João falou, com a segurança não só nossa, dos moradores em geral, entendeu. Então a gente tem esse receio de haver de novo essa opressão sobre nós referente à questão da área, assim como a pessoa a qual é dona da área, tem os conhecimentos, tem conhecidos para ambas as partes, como ele tem relatado, tem sido o mesmo batalhão nos oprimindo, não fisicamente, mas oprimido verbalmente, oprimido tendo efetivos em excesso dentro de uma comunidade, que, como o colega relatou, é pequena, e é inicial, assim como o colega relatou, como o senhor mesmo relatou, é bem pequena, recém iniciou, e a opressão tem sido grande referente a isso entendeu. Então nós temos esse medo, porque assim como quando a gente recebeu o informativo de que a área havia tido uma reintegração de posse, foi agido dessa forma conosco. Então tipo não estavam todas as pessoas, mas quem estava lá ouviu muito bem. Então a gente fica receoso nesse quesito, com a segurança de todo mundo entendeu. Então pra quem que a gente vai correr, caso venha a acontecer de novo? É só isso que eu queria saber. E a nossa questão judicial, nós vamos entrar em contato com os colegas, vamos conversar entre nós, para a gente poder dar um caminho certo e designar os papéis para a pessoa correta, para poder lutar pelo nosso objetivo, por essa conquista que a gente adquiriu informalmente, então a gente vai procurar seguir o processo legal para gente poder ter um direito a algo no espaço que a gente reside hoje. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Vou passar para a representante também da comunidade, Sra. Raquel.

SRA. RAQUEL POLTRONIERI: Eu queria por vocês a par dessa situação que ele estava falando. No dia, antes, para nós, deram o prazo até dia 23 para sairmos da área. Por quê? Foram em quatro viaturas e com um oficial de justiça, que não nos mostrou papel algum, não mostrou nada para nós, foi um major da Brigada também, e disse para nós que se vocês não saírem até o dia 23, dia 24, no primeiro horário da manhã, eles iam botar o pé nas casas e iam aparecer com

TEXTO SEM REVISÃO

máquina para derrubar as nossas casas. Acontecendo isso, o pessoal se desesperou, entrou em pânico, e foi quando eu comecei a procurar ajuda, por isso que a gente está aqui hoje, para procurar ajuda. O pessoal se desesperou porquê? Porque depois daquele dia eles foram inúmeras vezes lá para ver se a gente já estava saindo, se a gente já estava tirando as nossas coisas, se as famílias ainda estavam ali, e eles foram inclusive muitas vezes de madrugada, eles chegavam com o carro ligado, abriam o portão, a minha casa é uma das primeiras; eles desciam, como é decidida né, eles desciam com o carro desligado; foram até a casa de uma pessoa nossa e entraram dentro da casa, coagiram ele e ameaçaram para a gente tirar as nossas coisas. Isso aconteceu. E, depois daquele dia, foram várias vezes de madrugada e dia, é por isso que ele está com medo, entendeu? É isso que ele está colocando para vocês; isso aconteceu, e a gente está com medo de que aconteça.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Talvez seja interessante ficar como encaminhamento aqui da comissão para a Corregedoria, e oficiar o próprio batalhão, a partir desses relatos. E já ver essa questão formalizada.

SRA. RAQUEL POLTRONIERI: Quando eles vão, eles tiram o nome. E, muitas vezes, à noite eles vão com a cara tampada, e a gente não tem como saber quem é, o que é; se é realmente polícia, se não é polícia, então, a gente só tem medo. A gente tem medo de deitar a cabeça no travesseiro e, daqui a pouco, alguém bater à nossa porta, e a gente não saber o que está acontecendo. Eu tenho três filhos; eu tenho um bebê de dois anos. O meu medo é acontecer isso e eu vou correr como? Eu tenho uma porta na minha casa. Eu só queria colocar vocês a par disso que está acontecendo e o porquê do nosso pânico. Era isso, obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, representante da comunidade. Um bom encaminhamento para levar para Corregedoria da Brigada Militar. Vamos juntos, o nosso mandato. O Major Dagoberto, também ex-diretor

TEXTO SEM REVISÃO

do Presídio Central já se colocou à disposição do mandato para irmos juntos oficializar essas denúncias. O Major é bem progressista dentro da Brigada, o que eu acho que também nos ajuda a fazer esse meio de campo.
A Ver.ª Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Eu só quero pontuar aqui que, antes de qualquer denúncia para a Corregedoria da Brigada Militar, os fatos têm de estar apurados. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Defensora, eu acho que o papel da Corregedoria é apurar os fatos, estou correta? Então, a gente vai encaminhar para a Corregedoria enquanto Comissão. Vou estar junto também fazendo acompanhamento da comunidade. Os encaminhamentos, pessoal? Eu acho que encaminhar, via Defensoria Pública, para que haja inclusive a convocação do Município para compor esse processo de negociação em relação aos rumos daquela área. Levar para a Corregedoria e, se tiver aqui buscar o laudo ambiental, quais são as possibilidades de o assentamento permanecer dentro daquela área? Enfim, isso vai se dar dentro desse processo junto à Defensoria Pública. Encaminhar essas denúncias para a Corregedoria da Brigada Militar. À priori, foram esses os encaminhamentos que eu peguei. Vou fazer também um convite ao secretário André Machado para ir conhecer a situação de moradia da ocupação, desde já, para a gente tentar também aproximar mais essa vontade política pela regularização fundiária, que é um debate político. E também das possibilidades jurídicas contra ou não da área, bônus moradia, enfim, aí a gente pensa junto nesse processo com a intervenção do Ministério Público.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Eu acho que, só para deixá-los cientes, para eles procurarem a Defensoria da Restinga. Já vou deixá-los cientes da procura, mas é importante que vocês trazerem toda a documentação, toda a questão pessoal das famílias para buscar essas questões jurídicas.

TEXTO SEM REVISÃO

SR. JOÃO ANTÔNIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: No caso, como o senhor está falando para nós passarmos na Restinga, mas o nosso processo começou, desde o começo, no Fórum do Partenon. E o que nós estranhamos, desde o começo, é que esse pedido de reintegração que apareceu saiu do Fórum da Restinga, só que o nosso processo começou no Partenon para nós ficarmos. Estava tudo certo que estávamos ganhando, e, do nada, saiu uma controvérsia da Restinga. E daí isso aí...

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: O processo ocorre agora no Partenon?

SR. JOÃO ANTÔNIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: Isso, daí voltou para o Partenon.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Há competências internas aqui no Município de Porto Alegre, a questão de jurisdição dos fóruns aqui de Porto Alegre é dividida por competências. Esse processo aqui, inicialmente, tramitou no Fórum do Partenon e depois foi para o Fórum da Restinga?

SR. JOÃO ANTÔNIO FREITAS SANTANA DOS SANTOS: Foi primeiro para a Restinga.

SR. RENATO MUNIZ SANTOS: Está bem. O que acontece, provavelmente o juiz da Restinga verificou onde fica o imóvel, e aí ele entendeu que o Fórum da Restinga não é o competente para analisar esse fato, esse caso. Então ele declinou da competência para o Fórum do Partenon. Atualmente, então, o processo tramita no Fórum do Partenon. Então aquela minha orientação inicial que seria da Restinga passa para questão da Defensoria do Partenon, a Defensoria também atua junto ao Fórum do Partenon e é lá que vocês têm de procurar. É uma questão territorial. É uma divisão territorial do Município de Porto Alegre e, dependendo da área, vai para um fórum específico.

TEXTO SEM REVISÃO

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, então, Dr. Renato. Acho que são esses os encaminhamentos. Nós ajudaremos vocês também a fazerem esse movimento de encaminharem junto à Defensoria Pública. Vamos juntos à Corregedoria. Fazemos o convite ao secretário também para estar participando de uma visita à comunidade para a gente conseguir, desde já, colocar o Município mais a par das reais condições de moradia e das possibilidades de assentamentos na reunião. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h44min.)

TEXTO SEM REVISÃO